



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MERCADO DE CARBONO

MEMÓRIA DE REUNIÃO

**3ª Reunião Ordinária do Conselho Técnico Consultivo Permanente do
Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões - CTCP/SBCE**

Data: 30 de junho de 2026 - das 14h30 às 16:20

Local: Ministério da Fazenda, Bloco P, 6º andar, Esplanada dos Ministérios

MEMBROS PRESENTES			
Nome	Cargo	Órgão / Empresa	Participação
José Pedro Neves	Secretário-Adjunto da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono	Representante da União (Ministério da Fazenda – SEMC/MF)	Presencial
Artur Boaretto	Diretor de Descarbonização e Finanças Verdes	MDIC	Virtual
Getúlio Ezequiel da Costa Peixoto Filho	Coordenador pela FUNASA da Rede+Brasil	MDIC	Virtual
Aloisio Lopes Pereira de Melo	Secretário Nacional de Mudança do Clima	Representante da União (Ministério do Meio Ambiente - MMA)	Virtual

Beatriz Soares da Silva	Diretora do Departamento de Instrumentos de Mercado e REDD+	MMA	Presencial
Marlon Arraes Jardim Leal	Diretor do Departamento de B combustíveis da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	MME	Virtual
Fani Mamede	Chefe de Assessoria de Participação Social e Diversidade, substituta	MT	Virtual
Helena Mulim Venceslau	Diretora de programa de Assuntos Econômicos	MPOR	Virtual
Marcos Lins Castilho	Assessor da DECON	MPOR	Virtual
Juliana dos Reis	Coordenadora de Mudanças Climáticas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo	SEAMA/ES	Virtual
Leonardo Azevedo Maués	Gerente de Mercado de Carbono - CLIMA	IBP	Presencial
Davi Bomtempo	Superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade	CNI	Presencial
Marco Antônio Ramos Caminha	Consultor em Clima e Sustentabilidade – FIESP	CNI	Presencial
Carolina Kiss Pinheiro Cabral	Analista Sr. Mercado de Carbono	IBP	Virtual
Pedro Ronald Maranhão Braga Borges	Diretor Presidente	ABREMA	Presencial
Antônio Januzzi	Diretor Técnico	ABREMA	Presencial

Danielle Silva Bernardes	Gerente Executiva Governamental	CNT	Virtual
Larissa Gomes Machado	Analista de Sustentabilidade	CNT	Virtual
Amanda Soares Roza	Assessora Técnica de Sustentabilidade	CNA	Virtual
Rafael Martins Dias	Gerente de Projeto na Secretaria Adjunta III da Secretaria de Articulação e Monitoramento	CC/PR	Virtual
Tatiana Oliveira	Líder de Estratégia Internacional	Representante da sociedade civil (World Wide Fund for Nature – WWF-Brasil)	Presencial
SECRETARIA-EXECUTIVA/CTCP			
Nome	Cargo	Órgão / Empresa	Participação
Luísa Panico	Coordenadora- Geral de Governança	Secretaria Executiva do CTCP (SEMC/MF)	Presencial
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MERCADO DE CARBONO – SEMC/MF			
Nome	Cargo	Órgão / Empresa	Participação
Edna Brandão	Chefe de Gabinete	SEMC/MF	Presencial
Gabriel Carmona	Assessor de Comunicação	SEMC/MF	Presencial
Ana Paula Machado	Subsecretária de Regulação e Metodologias	SRM/SEMC/MF	Presencial
Giovanna Ferrazzo Napolini	Coordenadora-Geral de Metodologias	SRM/SEMC/MF	Presencial
Vitória Teresa Tavares de Mesquita	Analista Técnico-Executivo	SRM/SEMC/MF	Presencial
Klenize Chagas Fávero	Coordenadora de Requisitos e Análise de Metodologias	SRM/SEMC/MF	Presencial
Henrique Paiva de Paula	Coordenador-Geral de Regulação	SRM/SEMC/MF	Presencial

Ana Luiza Oliveira Champloni	Coordenadora de Elaboração de Normas	SRM/SEMC/MF	Presencial
Luan dos Santos	Coordenador de Estudos e Cenários	SRM/SEMC/MF	Presencial
Thiago Vasconcellos Barral Ferreira	Subsecretário de Implementação	SIM/SEMC/MF	Virtual
Cristiane Galvão Baptista	Analista Técnico-Executivo	SIM/SEMC/MF	Presencial
Karin Costa Vazquez	Coordenadora-Geral de Gestão de Emissões	SIM/SEMC/MF	Presencial
Luna Bouzada Flores Viana	Coordenadora de Registro Central	SIM/SEMC/MF	Presencial
Bruno de Amorim Maciel	Consultor da DEM Apoio ao Banco Mundial e Ministério da Fazenda	DEM	Virtual

1 - APRESENTAÇÃO

A reunião teve início com a apresentação da síntese das contribuições sobre a proposta de cobertura do SBCE feitas pelos membros do Comitê Técnico Consultivo Permanente (CTCP) e do Grupo de Trabalho Temático sobre Monitoramento, Relato e Verificação de Emissões (GTT-MRV).

Nesta apresentação, foram destacados o apoio à implementação faseada das obrigações de relato, a sugestão de que o SBCE considere as instalações físicas e processos produtivos para além das classificações CNAE e CNPJ, a sugestão de se elaborar um roteiro antecipado de verificação e a importância de harmonizar o SBCE com outros instrumentos regulatórios. Foram expostas as contribuições recebidas pelos setores de óleo e gás, transporte e aviação, siderurgia, alumínio, setor elétrico, resíduos e setor financeiro. Entre os principais pontos estiveram a diferenciação entre as atividades de Exploração e Produção (E&P) e Refino no setor de óleo e gás, dividindo-as entre as etapas 1 e 2 e diferenciando as operações *onshore* e *offshore*; a adoção de tratamento isonômico para os modais de transporte; o faseamento da siderurgia conforme a rota tecnológica; e a inclusão do refino de alumina como atividade regulada na Etapa 1, mantendo o alumínio reciclado e a mineração de bauxita na Etapa 2. Também foram registradas preocupações do setor elétrico quanto

às incertezas metodológicas, ao despacho termelétrico e aos impactos tarifários. No setor de resíduos, discutiu-se a separação entre resíduos sólidos e os serviços de água e esgoto, destacando-se a necessidade de esclarecimentos sobre a aplicação da Lei nº 15.042/2024 e propondo-se a inclusão dos serviços de água e esgoto no SBCE somente após a universalização do saneamento básico.

Na sequência, foi apresentada a estrutura e as competências da Câmara de Assuntos Regulatórios (CAREG), prevista na Lei nº 15.042/2024 e no Decreto nº 12.768/2026 como instância consultiva vinculada ao Comitê Técnico Consultivo Permanente (CTCP) e composta por entidades representativas dos setores regulados. Destacou-se que a CAREG será regulamentada por ato do Ministro de Estado da Fazenda, após a definição dos setores regulados pelo SBCE, e que será formalmente ouvida previamente à elaboração e edição de diferentes normas pelo órgão gestor. Também foi apresentado o posicionamento da CAREG na governança do SBCE.

Por fim, foi apresentada a proposta de criação do Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Competitividade Industrial, para debater os principais desafios para a implementação do SBCE quanto à competitividade da indústria nacional. Foram abordados temas como os impactos da descarbonização e da participação de setores brasileiros no mercado internacional, os riscos e as oportunidades decorrentes dos mecanismos de ajuste de carbono na fronteira, a necessidade de instrumentos para mitigar eventuais impactos econômicos e comerciais, bem como a importância da interoperabilidade entre sistemas de comércio de emissões em âmbito internacional.

2 - DISCUSSÃO

Durante os debates, foram levantados questionamentos sobre a presença do setor de resíduos dentro da cobertura do SBCE, ao que se esclareceu que existem diferentes interpretações do art. 30 § 3º da Lei 15.042/2024, e se sugeriu discussão mais aprofundada no âmbito do Grupo Técnico Temático de Monitoramento, Relato e Verificação (GTT-MRV). Questionou-se haveria resposta às contribuições encaminhadas sobre a proposta de cobertura, foi informado que as discussões permanecerão em andamento até a conclusão da consulta pública. Sobre a sugestão

de aplicação de metodologias específicas para subsetores, também foi sugerida discussão do tema no GTT-MRV.

Durante a discussão sobre a CAREG, foram dirimidas dúvidas sobre a participação do setor financeiro e o terceiro setor, permanecendo suas entidades representadas apenas no CTCP por determinação legal, bem como sobre a interação entre CTCP e CAREG. Foi apresentado o fundamento legal para a participação exclusiva dos setores regulados e foi informado que, no primeiro momento, a Câmara será composta pelos setores contemplados na 1ª etapa da cobertura do SBCE. Os demais setores passarão a ser representados à medida que tiverem início as etapas subsequentes do dever de relato de emissões. Ressaltou-se que a CAREG possui natureza eminentemente técnica, voltada ao assessoramento do órgão gestor, e que se manifestará sobre os mesmos temas já abordados pelo CTCP no plenário ou em seus grupos de trabalho temáticos: aspectos regulatórios, mensuração, relato e verificação de emissões e metodologias de geração de CRVEs. Também foi destacado que nenhuma das instâncias (CTCP ou CAREG) possui caráter deliberativo, e que as decisões do órgão gestor serão tomadas a partir de construção participativa com ambas.

Sobre o Grupo Técnico Temático de Competitividade Industrial, foi destacada a necessidade de desenvolver mecanismos para mitigar custos aos setores regulados, por meio de instrumentos de financiamento, incentivos e aproveitamento de linhas já existentes, como o Fundo Clima. Também foram discutidos os impactos da precificação do carbono sobre a inflação, o Produto Interno Bruto (PIB) e a competitividade nacional e internacional. Foi ressaltada a importância de o Plano Nacional de Alocação levar em consideração a competitividade da indústria nacional, a inovação industrial e a adoção de políticas públicas que promovam efetiva transformação produtiva, e não a mera transferência de custos aos setores regulados.

Os participantes ressaltaram, ainda, a necessidade de acompanhar as discussões internacionais sobre mecanismos de ajuste de carbono na fronteira e ampliar o diálogo com outros países, inclusive no âmbito de plataformas internacionais de cooperação. Em relação aos importadores, esclareceu-se que a legislação vigente não prevê sua inclusão no SBCE, embora o tema possa ser objeto de futuros aperfeiçoamentos normativos. Também foram abordados os impactos indiretos sobre setores como infraestrutura, construção civil, aço e indústria química, considerados

especialmente sensíveis à implementação do mercado regulado de carbono. Ao final, foram registrados questionamentos quanto à necessidade de criação de um novo grupo técnico, sendo explicado que o GTT de Competitividade Industrial terá caráter complementar aos demais, ampliando as discussões sobre políticas públicas e competitividade, sem sobreposição às competências já atribuídas aos grupos existentes.

3 – ENCAMINHAMENTOS

Como encaminhamentos, foi definido o envio do material apresentado aos participantes, a fim de subsidiar a análise e o encaminhamento de contribuições à proposta de funcionamento da CAREG e do GTT de Competitividade Industrial, bem como a elaboração e o posterior encaminhamento da minuta de resolução para criação deste último.